

**Instituições, Modernização e *Party Membership* em novas democracias: uma análise comparada entre Brasil e México.**

---

**Pedro Floriano Ribeiro**

Universidade Federal de São Carlos, Brasil  
([pfribeiro@ufscar.br](mailto:pfribeiro@ufscar.br))

**Luís Gustavo Locatelli**

Universidade Federal de São Carlos, Brasil  
([l.g.b.l@hotmail.com](mailto:l.g.b.l@hotmail.com))

**Versão: 20 de julho de 2017**

Trabalho preparado para apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).  
Montevideú, 26 a 28 de julho de 2017.

*Panel - Militantes, simpatizantes, afiliados y votantes: Modalidades y transformaciones del vínculo político en América Latina*

*Organizado pelo GIPSAL: Grupo de Investigación de Partidos y Sistemas de Partidos en América Latina*

**Resumo:**

O objetivo é analisar comparativamente os impactos das variáveis *sistêmicas (ou ambientais)* sobre a *party membership* de Brasil e México em contexto subnacional (estados). Ambos os países apresentam organizações partidárias multinível, elevados níveis de filiação (11% e 8,3% do eleitorado) e também partilham semelhanças tanto institucionais (presidencialismo, federalismo e multipartidarismo) como econômicas (profundas assimetrias regionais e de renda). Há três frameworks explicativos principais sobre os fatores que impactam na filiação: o mais disseminado, vinculado à teoria da modernização, destaca a influência de elementos socioeconômicos e o acesso à informação política. O segundo, também vinculado ao paradigma da modernização, destaca o estabelecimento dos vínculos clientelistas na relação partidos, Estados e sociedade (Norris, 2002). O terceiro destaca a influência das variáveis institucionais, como tipos de regime, governo, ciclos eleitorais e a *polity size* (Janda e Harmel, 1982; Bartolini 1988; Weldon 2006; Ribeiro e Locatelli, 2016). As hipóteses são: a) quanto maior a *polity* subnacional, menor o nível de filiação; b) quanto maior a quantidade de funcionários públicos e de *political appointees* no estado, maior o nível de filiação, devido ao fenômeno da patronagem; c) estados que apresentam menores PIB per capita, IDH e acesso à televisão possuem maiores níveis de filiação, devido à predominância do clientelismo e de formas tradicionais de campanha. Realizando testes estatísticos a partir de dados oficiais, o paper conclui que nenhum dos modelos teóricos, isoladamente, é capaz de explicar as variações nos níveis de filiação. Os fatores contextuais, explorados aqui, devem ser complementados por variáveis organizacionais (*party-level*) e no nível individual (*surveys*).

**1) Introdução e hipóteses**

Em contraste com países de redemocratização recente no sul e leste europeu e os diagnósticos de baixo enraizamento dos partidos no eleitorado do continente (Mainwaring e Scully, 1995; Mainwaring e Torcal, 2005), democracias latino americanas apresentam elevados níveis de filiação partidária. Nesse contexto, há três *frameworks* explicativos principais sobre os fatores que impactam na filiação. O mais disseminado, associado à teoria da modernização e à posse de recursos, enfatiza dimensões psicológicas e sócio demográficas e o acesso à informação política. O segundo, desdobramento do primeiro, destaca singularidades dos vínculos entre partidos e Estados na América Latina, mediante

relações clientelistas crônicas (Norris, 2002). O terceiro prioriza variáveis institucionais, como os ciclos eleitorais e o *polity size* (Speck, 2013; Ribeiro e Locatelli, 2016).

Van Haute e Gauja (2015) e Van Haute *et al* (2017) destacam o caráter limitado de tais perspectivas, que enfatizam apenas a “*supply-side*”, com aplicabilidade restrita às comparações longitudinais e entre países. Todavia, democracias federativas, que apresentam profundas assimetrias regionais e a formação de organizações partidárias multinível, favorecem o teste de tais modelos, com uma perspectiva comparativa subnacional – comparando-se estados ou municípios.

O objetivo do paper é avaliar as variáveis que explicam os diferentes níveis de participação política entre *polities* subnacionais, que compartilham diversas características institucionais. São analisados os casos do Brasil e México, países com elevados níveis de filiação (11% e 8,3% do eleitorado)<sup>1</sup> e que apresentam semelhanças institucionais (presidencialismo, federalismo e multipartidarismo) e socioeconômicas (profundas assimetrias regionais e de renda). As hipóteses são:

- a) quanto maior a *polity* subnacional, menor o nível de filiação (Weldon, 2006).
- b) no campo das relações clientelistas, espera-se que quanto maior a quantidade de funcionários públicos no estado, maior o nível de filiação, devido ao fenômeno da patronagem (Stokes, 2011);
- c) Estados que apresentam menores PIB per capita, IDH e acesso à televisão possuem maiores níveis de filiação, devido à predominância do clientelismo e de formas tradicionais de campanha (Norris, 2002; Stokes, 2011);

A variável dependente é o nível de filiação (em relação ao eleitorado) dos partidos nacionais no ano de 2015, por estado, disponibilizada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no Brasil e o INE (Instituto Nacional Eleitoral) no México<sup>2</sup>. E como variáveis independentes (tendo sempre o estado como unidade): IDH, GINI, acesso à televisão (por cem habitações) e acesso ao ensino superior (eleitores com ensino superior/eleitorado) – indicadores oriundos dos Censos realizados em 2010; PIB *per capita* (2015); peso do funcionalismo público (funcionários públicos/eleitorado, 2015); importância da patronagem (*political appointees*/total de funcionários públicos, 2015). Os dados foram obtidos através do IBGE

---

<sup>1</sup>MAPP-Dataset, 2017. No caso mexicano considerando apenas os partidos nacionais em 2014.

<sup>2</sup> Os dados mais recentes disponibilizados pelo INE no México são de 2015. Assim, optou-se por comparar com dados do mesmo ano no Brasil.

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o INEGI (Instituto Nacional de Estadística e Geografía).

O *paper* está dividido em três partes. Inicialmente, uma discussão teórica e conceitual sobre a relação entre *party membership*, *partisanship*, “enraizamento social” e institucionalização dos partidos e sistemas partidários na América Latina, seguida pela apresentação dos diferentes *frameworks*: teoria da modernização e da abordagem institucional. Segundo, a análise comparativa de tais modelos no contexto subnacional de Brasil e México. Ao final, apresentam-se breves considerações finais.

## **2) *Party membership* na América Latina: uma dimensão subanalisada.**

*Party memberships* são constituídas de relações de trocas institucionalizadas, que envolvem, de um lado, partidos e seus líderes; e do outro, indivíduos e/ou organizações da sociedade civil. Nas democracias consolidadas, o fenômeno é descrito como multifacetado, em parte, os membros são compreendidos como mais um tipo de recurso organizacional: os filiados são um meio de extração de dinheiro e trabalho voluntário (Duverger, 1980; Scarrow, Poguntke e Webb, , 2016). De acordo com Webb e Keith (2017, p.32): “organizations require resources [...] An organization without human and financial resources is an empty shell, a hollow device lacking the means of political action”. Porém, a *party membership* também é compreendida como um mecanismo central na tarefa atribuída aos partidos políticos de *linkage* – a função representativa dos partidos – na ampla definição de Richard Katz (1990, p. 143):

The party organization served as the key linkage between candidates and elected officials on one side and the unorganized (at least into parties) mass public on the other. From the perspective of the elites, the organized party was an important channel of communication. The party meeting, in particular, provided a way of speaking to and coordinating the party’s local body of ‘opinion leaders’, while at the same time obtaining enough ‘feedback’ from them to prevent wholesale desertions. From the mass perspective, party provided a channel for participation and a means of communicating with political elites at the same time more forceful and more discriminating than the simple ‘yes or no’, ‘this one or the other’, allowed at the ballot box. In a somewhat less anomic idiom, for all but ‘liberal’ parties (that is for parties of the working class, of religious confessions, of ethnic or linguistic groups, of peripheral areas), parties were also the political manifestation of social groups, that is the political arms of the constituents of civil society in making demands on the state.

De acordo com Van Haute *et al* (2017), o declínio da filiação quase generalizado nos países europeus e em algumas outras democracias, como Canadá, Israel e Austrália, mantém-

se por quase vinte anos e originou um problema analítico encaminhada por perspectivas teóricas e analíticas distintas. Ora enfatizando os filiados como um tipo de recurso de campanha (Fisher *et al*, 2016); ou sua relação com outros atores organizacionais, com desdobramentos assimétricos (Katz e Mair,1995). E ainda, como uma forma de participação política e de engajamento (Whiteley, Sayd e Richardson, 1994; Norris, 2002; Bruter e Harrison, 2010). Em relação às consequências do declínio há divergências, tanto sobre a utilidade da *party membership* como recurso organizacional, quanto acerca da capacidade de efetivação da *linkage* com setores sociais (Van Haute e Gauja, 2015; Scarrow, 2015).

Em resumo, de um lado, como desdobramento da hipótese de cartelização de Katz e Mair (1995), os membros tendem a ser marginalizados e substituídos em favor da maior dependência do Estado via fundos públicos, com acréscimos dos direitos internos de participação – democracia interna – interpretados pelo prisma do plebiscitarismo (Van Biezen, Mair e Poguntke, 2012). E de outro, a reafirmação da relevância dos membros, como capazes de conferir legitimidade às decisões internas pela ampliação da participação; além de propiciar benefícios importantes, que podem ir bem além do pagamento de cotas e da participação em campanhas (Scarrow, 1994, 2015).

Nas democracias latino americanas, embora o conceito de institucionalização dos sistemas partidários esteja estreitamente vinculado à dimensão organizacional dos partidos e suas relações com o eleitorado (entendido pela relevância do “enraizamento social”), ainda que alguns países latino americanos apresentem níveis de filiação expressivos e crescentes comparativamente às democracias europeias<sup>3</sup> (Mainwaring e Scully, 1995; Mainwaring e Torcal, 2005). Os indicadores de “*parties roots in society*” priorizados são a idade dos partidos, preferência ideológica da elites políticas e os vinculados à arena eleitoral, como o nível de preferência partidária e de volatilidade eleitoral (Norris, 2002; Mainwaring e Torcal, 2005; Dosek 2014).

Os indicadores de “enraizamento social” priorizam a análise dos laços entre partidos políticos e a sociedade pela capacidade de estruturação das preferências na arena eleitoral, compreendidos através de indicadores de comportamentais. Assim, secundarizando outra interface possível, por meio da esfera organizacional, na qual a *party membership* desempenha certa centralidade ao permitir os cidadãos participarem dos processos decisórios na democracia – *linkage function* (Heidar, 1994, 2007; Katz, 2013).

---

<sup>3</sup> Ver no anexo I e II o comparativo dos níveis de filiação (*registros oficiais*) e de engajamento (*survey*) de México e Brasil com algumas outras democracias.

Nota-se um “descompasso teórico”, portanto. Um padrão normativo de “enraizamento social”, com claras raízes no modelo duvergeriano de partidos de massa europeus, encontra-se na essência dos conceitos e modelos mais disseminados sobre institucionalização de sistemas partidários. No entanto, muitos desses modelos são operacionalizados através de indicadores derivados prioritariamente de outra tradição analítica, mais afim ao que Katz (2013), denominou de *Downsian principal-agent model*<sup>4</sup>. (Whiteley, 2011; Katz, 2013; Van Haute e Gauja, 2015).

Escapa ao escopo dessa análise avaliar sistematicamente a relação entre institucionalização de sistemas partidários e *party membership*. Todavia, vale destacar que a centralidade do conceito de institucionalização no debate sobre a América Latina; o modo de operacionalização de seus indicadores; e as principais conclusões, acerca da fragilidade crônica de partidos e sistemas no continente, ajudam a explicar a marginalização da dimensão clássica *party membership* no debate sobre as democracias da região.

### 2.1) *Party membership* como variável dependente e independente

O diagnóstico consensual do declínio alavancou os estudos sobre *party membership* na posição de vanguarda ao empregar sistematicamente abordagens multinível na compreensão da conformação e dos processos de mudanças: identificando e integrando analiticamente “oferta” e “demanda”. Recentemente, isso terminou se difundindo, tornando-se o *mainstream* em outras esferas analíticas e objetos. Por exemplo, nos estudos sobre seleção de candidatos (Barnea and Rahat, 2007) ou em relação à mudança organizacional em sentido amplo (Harmel, 2002; Gauja, 2017). Em 1994, Knut Heidar propôs segregar as abordagens em três amplos *approachs* – com base em “causas” e “efeitos” – seccionados em diferentes níveis de abstração: sistêmico (ou ambiental), organizacional e individual (Heidar, 1994, 2007; Van Haute e Gauja, 2015).

Primeiro, introduzindo a *party membership* como variável independente, ou seja, analisando as consequências da sua conformação em diferentes níveis: **1) Sistêmico (ou ambiental):** o funcionamento da democracia, incluindo suas instituições e/ou certos setores

---

<sup>4</sup> As preferências do eleitorado e dos filiados não podem ser tratadas de partida como sobrepostas (May 1973). Compreender a *party membership* como variável continua em relação à *partisanhip* é incorrer no que Sartori (1991) denominou de “*degreem*”. Por exemplo, o filiado de uma facção minoritária pode votar no partido adversário nas eleições, tal comportamento é visto como “inconsistente” de uma perspectiva puramente comportamental, mas perfeitamente compreensível do ponto de vista organizacional. Os jogos e os *payoffs* dos filiados não são o mesmos dos simpatizantes.

sociais, organizações e movimentos, abrangendo os grupos que compõe o território de caça dos partidos (Panebianco, 2005). **2) Organizacional:** em relação à própria dinâmica da organização, podendo impactar na escolha das lideranças, mudanças programáticas ou na seleção de candidatos. Portanto, influenciando no conjunto das relações com outros atores organizacionais, no desempenho eleitoral, ou ainda na atuação partidária na arena governativa. Em síntese: pode atuar como um dos indutores de mudança organizacional. **3) Individual:** de um lado, em sentido normativo, o ativismo partidário faculta a construção de uma cidadania ativa e plena aos filiados, permitindo influírem nos processos decisórios da sua comunidade política. E do outro, a ênfase nos benefícios; os membros podem obter acesso à diferentes “estruturas de incentivos” relativamente específicos; que abrangem incentivos seletivos (*social hubs, status* ou patronagem), coletivos (ideologia) e de processo.

Segundo, abordando a *party membership* como variável dependente, mediante análise dos fatores causais da filiação e dos múltiplos níveis de engajamento: **1) Sistêmico (ou ambiental):** fatores que estruturam o “lado da oferta”, tais como nível socioeconômico, modernização, cultura política; ou elementos institucionais, como os tipos de regime, Estados federativos ou unitários, *polity size*, sistemas eleitorais, ciclos eleitorais e outras regras ou normalizações. **2) Organizacional:** o “lado da demanda”, isso é, como e quanto cada partido estimula a presença e a participação dos filiados em face dos seus custos e benefícios; observando os elementos como: modelo originário, estratégias das lideranças (*top-down oriented perspective*), dispersão territorial, estrutura decisória, além do tipo e grau de democracia interna – discursiva ou plebiscitária (Scarrow, 1994, 2015; Bartolini, 1983; 2000; Van Haute, 2011; Van Haute e Gauja, 2015). **3) Individual:** perspectiva daquele que participa (indivíduo), isso é, análise a partir das teorias da participação política, observando os recursos e habilidades cívicas dos indivíduos e sua interação com o “ambiente”. Acrescidos também os interesses e objetivos individuais, entendidos, sobretudo, como percepção dos custos e benefícios privados da participação – *rational choice* (Whiteley e Sayd, 1992; Bruter e Harrison, 2010; Katz, 2013; Van Haute e Gauja, 2015).

Ao destacar a relevância primordial das variáveis ambientais (ou sistêmicas) sobre os partidos, Harmel e Janda (1982)<sup>5</sup> tipificam as dimensões que compõem o “ambiente” em que as organizações partidárias estão inseridas, afetando, com efeito, por exemplo, a ideologia partidária, o nível de complexidade organizacional, o grau de centralização ou descentralização do poder, etc. De acordo com os autores, o primeiro tipo de elemento sistêmico é o de natureza física, que envolve tamanho, localização, formato e clima de um país ou região. O segundo são os aspectos socioeconômicos, que agregam fatores como grau de urbanização, composição educacional e ocupacional da sociedade, características étnicas, etc. E por último, os fatores exclusivamente políticos (institucionais), como o regime político e de governo, sistema político, sistema eleitoral, ciclos eleitorais, etc. Ainda conforme Harmel e Janda (1982), os fatores físicos são relativamente imutáveis, seguido pelos socioeconômicos, usualmente passíveis de mudanças apenas de longo prazo – os partidos possuem menor capacidade de agencia sobre essas duas componentes ambientais.

Os elementos ambientais mais flexíveis são os políticos (institucionais), embora com variações de grau – por exemplo, em geral, cartas constitucionais são mais estáveis do que *party laws*. Os resultados das análises comparativas de Harmel e Janda (1982, p.53), considerando 95 partidos em 28 países, demonstraram que os fatores ambientais que mais impactam na conformação das organizações partidárias são respectivamente: (1) modernização social; (2) tamanho da população (*polity size*); (3) extensão do sufrágio; (4) nível de competição partidária; (5) sistema eleitoral proporcional; (6) pouca experiência com instituições democráticas.

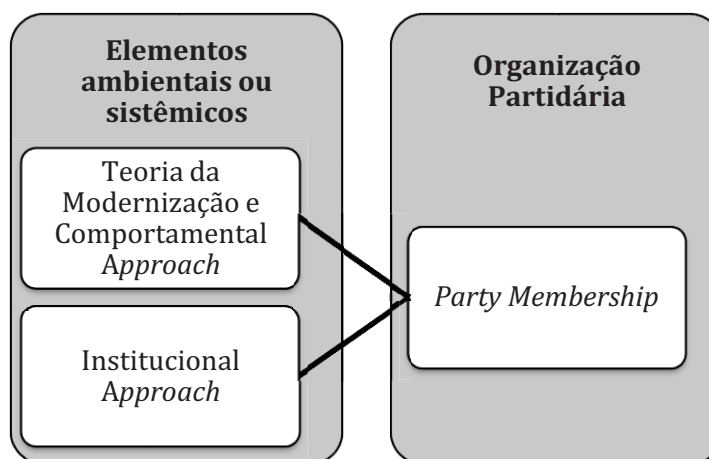
Em face disso, o objetivo dessa análise é restrito apenas aos fatores sistêmicos como variáveis independentes e, portanto, a finalidade é compreender *como* e *quanto* os diferentes elementos ambientais impactam nos níveis de filiação, considerando comparativamente os contextos subnacionais de Brasil e México – a *party membership* como variável dependente. Desse modo, e com base na literatura comparada, cabe distinguir ao menos duas grandes abordagens sistêmicas (*frameworks* teóricos), que enfatizam o “lado da oferta” e enquadram

---

<sup>5</sup> Cabe salientar que, para Harmel e Janda (1982), tomar os fatores ambientais como variáveis independentes é apenas um ponto de referência analítico e empírico, relacionado com suas questões de pesquisas. Em *paper* de 1994, retomam tal questão, apontando inclusive a possibilidade de mudança organizacional por fatores exclusivamente endógenos, segundo os autores (1994,p.265): “some party change can be explained by internal factors alone, i.e. without an external stimulus”. Contudo, cabe ressaltar, que mesmo a literatura contemporânea sobre mudança organizacional salienta que o aumento substantivo das chances de deflagração de mudanças profundas e duradouras, normalmente sofrem forte *stimuli* de fatores exógenos combinados com outros fatores (Harmel, 2002; Gauja, 2017).

tal fenômeno: teoria da modernização e a análise institucional (Van Haute e Gauja, 2015; Van Haute *et al*, 2017).

**Figura I - *Party membership* e as variáveis ambientais**



Fonte: Elaboração Própria

## 2.2) Ambiente, Comportamento, Modernização e Organizações.

Tal abordagem enfatiza como os partidos se adaptam ao ambiente, principalmente na fase genética e/ou ao longo dos processos de transformações organizacionais. As variáveis usualmente mobilizadas são: valores, demografia, fatores geracionais, tecnológicos, níveis de educação e qualidade de vida, etc. Portanto, trata-se de elementos de maior apelo sociológico e comportamental, que afetam diretamente o conjunto de trocas entre atores organizacionais, partidos e o restante do sistema político – a economia da *party membership* (Katz,1990).

No contexto europeu, segundo tal perspectiva, alterações recentes tornaram os indivíduos relutantes em entrar nos partidos políticos; achados sugerem que transformações ambientais modificaram o “lado da oferta”, mudanças tais como: emergência do pós-materialismo, individualismo, desinteresse das novas gerações pelo engajamento em partidos, alteração nos repertórios de participação e a inserção de novas tecnologias. Por sua vez, os partidos se adaptaram ao novo contexto buscando formas alternativas de recursos e legitimidade, mais próximas do Estado. (Katz, 2013; Van Biezen, Mair e Poguntke, 2011; Norris, 2002; Dalton e Wattemberg, 2002).

Ao associar a emergência da *party membership* com alterações ambientais, Duverger

apresentou duas razões para os partidos buscarem grandes quantidades de membros: trabalho voluntário e dinheiro. Bartolini (2000, p.209), por exemplo, aponta que o crescimento dos subsídios estatais no lugar do pagamento de cotas tornaram os partidos lenientes com o declínio da filiação. Em face das condições ambientais, as estratégias agressivas de inserção social obsoletas foram progressivamente substituídas por alternativas mais eficientes: financiamento estatal e a inserção dos técnicos conjugados aos modernos meios de comunicação (Panebianco, 2005; Katz, 1990; Katz e Mair, 1995). Assim, a “penetração social” é o “caminho” mais eficiente apenas quando todos os outros “itinerários” são pouco viáveis – os partidos com origem extraparlamentar são exceções históricas (Scarrow, 2015).

De acordo com Van Biezen (2000, p. 396), ao analisar no sul e leste europeu, nos partidos em democracias recentes, mesmo que considerando as exceções que somente confirmam a regra, há poucas estruturas organizacionais relevantes que vão muito além da *public* e da *central office*: a origem próxima ao contexto estatal, com desenvolvimento controlado pela *public-office* e associado a certas condições ambientais – recursos estatais e modernos meios de comunicação – não produziram incentivos ou maiores necessidades de estratégias de penetração social pela via do estímulo à *party on the ground face*.

Webb e White (2007, p.9) salientam que o modelo é compatível com outras novas democracias – América Latina e Ásia, pois a questão é idêntica: diante dos constrangimentos ambientais, quais estruturas os partidos adotam; as razões inerentes às opções e seu desenvolvimento (*period effect*), além dos eventuais desdobramentos adaptativos referenciados em tais escolhas pretéritas (*generational effect*). Tal aspecto difere de compreender o desenvolvimento dos partidos em novas democracias à luz das trajetórias já percorridas pelas consolidadas – especialmente europeias (*life-cycle effect*). No entanto, embora seja relevante pela asserção que propõe, efetivamente a análise sugerida pela Van Biezen (2000; 2005) não consegue abarcar os elevados níveis de filiação em vários países na América Latina.

Pippa Norris (2002), partilha dos pressupostos em relação à relevância das determinantes ambientais na compreensão da construção organizacional, porém também enfatiza os partidos políticos como mecanismo de comunicação com eleitorado e a *party membership* como uma estratégia de campanha “tradicional”. Para autora, especialmente em países em transição no processo de modernização, práticas de participação política tradicionais podem conviver com o uso dos modernos meios de comunicação de massas.

Assim, elites partidárias não descartam totalmente estratégias do tipo “trabalho-intensivo”; mesmo que utilizem os meios de comunicação para as atividades de campanhas.

Portanto, certos partidos possuem espessa *rank and file*, principalmente em locais com baixo nível de acesso aos modernos meios de informação, educação e recursos econômicos. De acordo com Norris (2002, p.120):

By contrast, in middle-income industrialized societies such as South Korea, Brazil, and Mexico greater affluence is closely associated with the spread of consumer durables, including household television sets. Broadcasting becomes the predominant form of political communication, including election advertising; growing levels of literacy, and education help to brooding newspaper circulation. Campaign resources mobilized by central party leadership shift from grassroots helpers toward mediated channel of communications, particularly the bright of the television lights news studios. Mediated channels of political mobilization supplement, rather than replace, the older direct forms of electioneering, but they also bring in their wake a coterie of campaign professionals, including fund raises , public relations experts, pollsters, and advertising agents.

Ao contrário, portanto, das democracias industriais avançadas, que construíram suas *party memberships* no período anterior ao início da era da televisão, emergente nos anos 80 e 90, alterando os padrões de socialização (Bartolini, 1983; Norris, 2002). Os partidos em novas democracias construíram grande parte das suas organizações coetaneamente ao avanço dos meios de comunicação. Portanto, nos locais onde há grande penetração desses veículos comunicação, os partidos tendem a desenvolver menos estruturas de filiação (Norris, 2002).

O outro aspecto relacionado ao processo de filiação e participação nos partidos políticos está atrelado às práticas difundidas de vínculos informais e clientelistas, vistas como recorrentes em países latino americanos. Ademais, figuram como um dos principais indicadores do baixo nível de institucionalização dos sistemas partidários (Mainwaring e Scully, 1995; Norris, 2002; Mainwaring e Torcal, 2005).

Ainda segundo Norris (2002, p.107 e 108), os partidos latino-americanos não estão fundados com base em plataformas programáticas e coerentes, com estruturas *mass-branch* estáveis; portanto, acabam desenvolvendo máquinas partidárias com baixo “enraizamento social”. Dessa forma, privilegiam vínculos personalistas e relações clientelistas na interface com o eleitorado (Mainwaring e Scully, 1995; Mainwaring e Torcal, 2005). Assim, o elevado nível de incerteza econômica e institucional também atua como motriz fundamental das estratégias de mobilização “incoerentes” ou clientelistas de mobilização, segundo Lupu e Riedl (2012, p.1352):

The high level of uncertainty that developing democracies face has important consequences for party mobilization and competition in these settings. Where existing models predict the persistence of clientelistic modes of mobilization or transition to programmatic appeals, parties in developing democracies may instead pursue a mix of strategies as a hedge against institutional uncertainty. Where theories of party competition expect parties to

maximize votes and pursue long-term electoral strategies, party elites may discount the future because of regime or economic uncertainty. The focus on short-term rewards from political office may lead to unexpected behaviors by party elites, such as bandwagoning or party switching.

Nesse sentido, ao contrário desestimular o engajamento ideológico (*moral-minded*), a filiação pode estar fortemente associada à obtenção de recursos e prebendas diretas do Estado. Isso ocorre especialmente em relação à maximização ao acesso a recursos de *patronagem* ou outros bens pessoais obtidos em troca de lealdade política, como uma forma de aumentar os ganhos de curto prazo. Na Europa, estudos apontam que o aumento da austeridade e a diminuição do setor público, especialmente em âmbito regional e local, acelerou o declínio da filiação, com particular impacto em países como Grécia, Espanha, Itália e Portugal (Scarrow, 2015).

Todavia, conforme salientam Van Haute e Gauja (2015) e Van Haute *et al* (2017), nota-se uma forte incongruência entre as abordagens sistêmicas e individuais. A primeira assinala para a retração das formas de participação *top-down* ou *elite-oriented* vinculada ao avanço da modernização. Nessa perspectiva, os ganhos educacionais e informacionais estão atrelados ao crescimento do ceticismo em relação aos partidos políticos e o declínio da filiações – os partidos políticos como uma típica *old bureaucratic mass-branch organization*. (Dalton e Watterberg, 2002; Norris, 2002; Inglehart e Welzel, 2005).

A perspectiva alternativa é orientada por abordagens da teoria do *voluntarismo cívico* (*middle range theory*), vastamente amparada por achados empíricos, e que aponta para discrepâncias de *recursos* – principalmente educacionais (ensino superior) – entre o eleitorado em geral e os filiados. Ao contrário de rejeitar os partidos, os cidadãos detentores de mais recursos cívicos são destacadamente os mais propensos à filiação e ao engajamento. Ainda que todos tenham direitos de expressão das suas preferências e de organização política, apenas alguns se expressam e são considerados, o número de partidos criados é pequeno, e uma minoria se engaja politicamente: o exercício ativo da cidadania implica em custos distribuídos de forma desigual na comunidade política (Verba *et al*, 1995; Whiteley, 2011; Scarrow e Gezgor, 2010; Van Haute e Gauja, 2015; Ribeiro, 2014). Whiteley (2011,p.36) sugere que ambas perspectivas documentam o aumento de *gap* geracional e a dificuldade de mobilização da juventude pelos partidos políticos. Desse modo, a dinâmica geracional atua como variável interveniente relevante entre os níveis sistêmico e individual.

### 2.3-) Ambiente, instituições e organizações partidárias

A segunda abordagem enfatiza os fatores sistêmicos de caráter institucional, variáveis como regime político, *polity size*, sistema partidário, partidos no governo ou oposição, leis eleitorais e que regulam as atividades intrapartidárias são componentes ambientais que explicam a conformação e suas variações na filiação. Por vezes em diferentes níveis, especialmente nos países federativos, abarcando municípios, estados e o âmbito nacional.

De certo modo, Stefano Bartolini (1983), é um dos principais precursores de tal abordagem ao sugerir que diferenças de regime político impactam nos níveis de filiação. Além de considerar outros fatores, como a eventual relevância dos ciclos eleitorais e governamentais, sugerindo duas hipóteses: o número de filiados aumenta nos períodos eleitorais, tal qual a existência de variações da filiação em função da posição do partido no governo ou na oposição (Bartolini, 1983; Van Haute e Gauja, 2015).

Análises posteriores confirmam algumas dessas hipóteses. Tan (2000) confirma os impactos da variação de regime sobre a filiação. Norris (2002, p.124 e 125) também atribui peso ao regime de governo, à competitividade e ao sistema eleitoral. Conforme assinala a autora, o engajamento e a filiação são estimulados em sistemas presidencialistas, majoritários, e com elevados níveis de competição.

Outro aspecto institucional destacável é a *party law*. Segundo Scarrow (1994), as leis e regras podem alterar o balanço de custos e benefícios da filiação, na perspectiva dos filiados e dos partidos. Nesse sentido, Whiteley (2011), verifica que o aumento da regulação estatal na vida intraorganizacional está relacionado à queda dos níveis de envolvimento e filiação na Europa (Katz e Mair, 1995).

Fatores de curto prazo ou cíclicos também são relevantes, embora expliquem pouco as tendências de redução ou crescimento. Fisher *et al* (2006) encontrou indícios da relação entre sucesso eleitoral e o crescimento da filiação no período pós-eleitoral. (Van Haute e Gauja, 2015). Por outro lado, analisando o caso brasileiro, Speck (2013) identificou ciclos de filiações, ou seja, uma vinculação direta entre o aumento da adesão aos partidos com o calendário eleitoral. Segundo o autor, os picos de crescimento ocorrem nos períodos que antecedem ao encerramento do prazo de registro das candidaturas, e de ocorrência das convenções – conformando um “cardiograma de filiações”. Os candidatos são os principais promotores dessa dinâmica (prefeitos e principalmente os vereadores), seja em razão de

ambicionarem concorrer e não possuem filiação, migração partidária ou para firmar posição, considerando uma eventual competição pela inclusão na lista de candidatos (Speck, 2013)

Por fim, análises que tratam dos efeitos da *polity size* sobre a filiação. Tal abordagem segue longa tradição tanto na ciência política como na sociologia política. Em 1977, Hall (p.151) propôs que a complexidade das organizações reflete a complexidade dos seus ambientes, considerando o imperativo da divisão do trabalho social. Nesse sentido, Harmel e Janda (1982, p.47) foram um dos precursores ao relacionarem diretamente o tamanho da população aos níveis de complexidade das organizações partidárias. Por esse ângulo, quanto maior a organização (ou a *polity*), mais baixos serão os níveis de participação (Dahl e Tufte, 1973; Tan, 2000; Weldon, 2006; Dahl, 2006). De acordo com Robert Dahl (2006, p.59):

The smaller a democratic unit, the greater its potential for citizen participation and the less the need for citizens to delegate government decisions to representatives. The larger the unit, the greater its capacity for dealing with problems important to its citizens and the greater the need for citizens to delegate decisions to representatives.

Em linhas gerais, o mecanismo causal subjacente à tal explicação envolve os dilemas da ação coletiva: na medida em que aumentam as organizações, amplia-se a incidência de *free-riders*. De acordo com Weldon (2006), outro elemento que está associado aos níveis de filiação e a *polity size* são os efeitos do aumento da burocracia e da complexidade organizacional. Todavia, ainda não está clara a direção de tal relação. O aumento da burocratização, de um lado, estimula a participação, pela ampliação das possibilidades dos indivíduos obterem cargos (incentivos seletivos); ou podem gerar o efeito contrário, desencorajando a participação, em consonância com perspectiva clássica de Michels (1968). Para Dahl (2006, p. 60 e 61), os efeitos da burocratização diminuem a igualdade política entre os cidadãos e, com efeito, reduzem os níveis de participação política:

Except in units of minuscule size, citizens must delegate considerable authority to others—persons who function as executives, administrators, agenda setters, judges, and others. In classical Athens, for example, citizens delegated the authority to set the agenda for the meetings of the assembly to a Council of Five Hundred (Boule), whose members were selected by lot. [...]. In larger systems like a metropolis, province, region, U.S. state, country, or international organization, authority to make administrative and judicial decisions is even more fully delegated. Because delegates have greater opportunities to exercise direct influence over decisions than ordinary citizens, their authority poses problems for political equality.

Análises empíricas têm corroborado parcialmente a associação entre filiação partidária e nível do engajamento e o tamanho da *polity* comparando distintas democracias (Mair e Van Biezen 2001; Weldon, 2006; Tan, 1998). Oliver (2000, p.362), por exemplo, ao analisar o

impacto da *polity size* sobre quatro formas de participação política, destaca que em grandes cidades a probabilidade dos cidadãos terem contato direto com políticos, funcionários públicos, participarem de reuniões, receberem incentivos organizacionais é muito menor do que em pequenas cidades.

Diante disso, ressalta-se o expressivo potencial comparativo dos enquadramentos subnacionais, especialmente considerando os contextos federativos; com ênfase para os países com expressivas heterogeneidades e assimetrias regionais – tal como dá-se nos casos de Brasil e México.

### **3) Análise dos dados**

Brasil e México vivenciaram processos relativamente distintos de suspensão democrática e redemocratização, com o caso mexicano apresentando a dominância do mesmo partido no legislativo e executivo durante extenso período de tempo – sendo identificado como um “regime autoritário competitivo (Levitski e Way, 2010, p.5). O PRI (Partido Revolucionário Institucional), que desde a sua fundação em 1929, conseguiu seguidamente maioria no congresso até 1989 e também venceu o PAN (Partido da Ação Nacional), principal partido de oposição, sucessivamente nas eleições presidenciais até 2000. Salientando, entretanto, a ausência de quaisquer interrupções no funcionamento formal das instituições e da dinâmica eleitoral na trajetória política mexicana.

Em contraste, no contexto brasileiro ocorreu a cessação do curso de uma experiência democrática, com instauração do regime militar autoritário em 1964. Apesar de preservadas algumas instituições representativas – notadamente o legislativo e os processos eleitorais – interromperam-se as eleições diretas para Presidência da República até 1989. Além disso, houve a imposição de limitações claras à competição política e aos direitos civis, com repressão à oposição e à organização política (Kinzo, 1988).

A transição brasileira seguiu, grosso modo, o modelo de pactuação entre elites em face do aprofundamento da crise econômica, com processo de abertura capitaneado pelo partido de oposição parlamentar no interior das instituições representativas – o MDB (O’Donnell e Schmitter, 1986; Lamounier, 1988). Diferentemente, o caso mexicano expõe um perene incrementalismo, segundo Heras e Diaz (2014, p. 5) com distintas perspectivas: 1) o processo de modernização, através da corrosão das bases agrárias do PRI e o aumento do apoio à oposição urbana de classe média. Por esse ângulo, o partido foi vítima do próprio processo modernizador que impingiu ao país (Molinar e Weldon, 1990). 2) Reformas institucionais:

cisões internas no PRI na década dos 80, atrelados aos ganhos de governos locais relevantes pelo PAN, aumentaram o grau de competitividade do sistema político e impulsionaram a alteração do sistema eleitoral (aumento do grau de proporcionalidade), ganhos de idoneidade, com crescimento da regulação do processo eleitoral – a criação do Instituto Federal Eleitoral em 1990 (atual Instituto Federal Nacional) – além da distribuição mais equânime dos recursos eleitorais destinados aos partidos, como fundos de financiamento públicos e o acesso ao tempo de televisão financiados pelo Estado (Greene, 2007). 3-) Desalinhamento eleitoral, o impacto das crises econômicas sobre o comportamento do eleitorado, dissolvendo lealdades estabelecidas com o PRI, principalmente após a reorientação programática economicamente liberalizante do partido nos anos 80 e 90 – especialmente nas presidências de Madrid<sup>6</sup> e Salinas<sup>7</sup> (Greene, 2007).

Em que pesem tais distinções de trajetória da construção da democracia, ambos os casos apresentam semelhanças relevantes em termos socioeconômicos e institucionais, facultando a análise comparada dos efeitos dos fatores ambientais sobre as *party memberships* em contexto subnacionais. Além do presidencialismo, a principal semelhança institucional é o sistema federativo com regiões heterogêneas em termos populacionais, econômicos e sociais. Brasil e México possuem respectivamente 27 (26 estados e o Distrito Federal) e 32 estados (31 estados e o Distrito Federal), algo que tende a produzir organizações partidárias multinível em ambos os países, diversificando as oportunidades de participação dos cidadãos e facultando testar comparativamente diferentes variáveis (Deschouwer, 2006; Fabre, 2011). A tabela abaixo resume a heterogeneidade dos estados brasileiros e mexicanos em relação aos aspectos socioeconômicos, tamanho do eleitorado e os níveis de filiação:

---

<sup>6</sup> 1982-1988.

<sup>7</sup> 1988-1994. Certamente deixou legado mais impactante de abertura econômica ao México, promovendo um programa extenso de privatizações e negociou o NAFTA.

**Tabela I- Indicadores estaduais socioeconômicos, populacionais e filiação partidária de Brasil e México**

<b>Indicadores/ano</b>	<b>Estados Brasileiros</b>	<b>Estados Mexicanos</b>
Média do IDH/2010	0,704	0,739
Varição IDH/2010	0,631–0,824	0,648–0,820
Média Filiação/Eleitores/2015 (%)	12	14
Varição Filiação/Eleitores/2015 (%)	8–19	1–29
Média do PIB <i>per capita</i> /2015	1062 (mil reais)	10274 (dólares)
Varição do PIB <i>per capita</i> /2015	575–2351 (mil reais)	3592–51460 (dólares)
Média do Índice de GINI/2010	0,476	0,479
Varição do Índice de GINI/2010	0,375– 0,570	0,411–0,572
Média do Eleitorado/2015	5.411.974	4.213.664
Varição do Eleitorado/2015	324333–32725862	451304–63049915
Média <i>patronagem</i> /2015 (Comissionados/Func.públicos)	9%	19%
Varição da <i>patronagem</i> /2015	4%–18%	3%–49%

**Fontes:** IBGE, INGE, INE e TSE.

Ademais, em ambos os países, o arcabouço institucional nacional é reproduzido simetricamente também no contexto estadual. Os dois casos apresentam bicameralismo e multipartidarismo, diferenciando-se em relação ao sistema eleitoral: proporcional de lista aberta no Brasil; e misto no México, sendo parcela das cadeiras preenchida pelo sistema proporcional e outra pelo sistema distrital. Nas eleições para o senado também há diferenças: no Brasil os senadores são eleitos pelo voto majoritário em distritos uninominais ou binominais; e no México por representação em parte majoritária, em parte proporcional (Greene, 2007).

Diferente do Brasil, cujos partidos regionais são vetados, no caso mexicano são permitidos e tradicionalmente estão vinculados a movimentos e associações de carácter local e regional. Para efeitos de comparação, apenas serão considerados os filiados aos partidos nacionais, ou seja, aqueles registrados no INE (Instituto Eleitoral Nacional). Na análise de dados são considerados os seguintes partidos mexicanos: PAN, PRI, PRD (Partido de la

Revolución Democrática), Verde, Partido del Trabajo, Movimiento Ciudadano, Nueva Alianza, Morena (Movimiento Regeneración Nacional). No caso brasileiro são considerados os 35 partidos com registro oficial no TSE – o total de filiados partidários no país, portanto.

No caso mexicano, há um piso mínimo legal de filiados para o partido efetivar e manter o seu registro nacional: 3000 membros distribuídos em ao menos dez estados, ou 300 filiados presentes em 100 distritos uninominais. Porém, em qualquer das opções, o número de filiados corresponde ao mínimo de 0,13% do eleitorado das últimas eleições (Greene, 2007). A tabela abaixo demonstra os níveis de filiação dos principais partidos brasileiros e mexicanos em 2014.

**Tabela II- *Party Membership* em números absolutos e pelo eleitorado do Brasil e México (M/E, em %) em 2014.**

	México			Brasil	
	Filiados	M/E		Filiados	M/E
<b>PRI</b>	5.044.528	3,74	<b>PSDB</b>	1.349.293	0,92
<b>PRD</b>	2.590.972	1,92	<b>PTB</b>	1.183.669	0,81
<b>PAN</b>	220.568	0,16	<b>PT</b>	1.587.383	1,09
<b>MORENA</b>	496.729	0,37	<b>PSB</b>	585.017	0,40
<b>PVEM</b>	732.904	0,54	<b>PR</b>	765.267	0,52
<b>NA</b>	480.343	0,36	<b>PP</b>	1.414.372	0,97
<b>PT</b>	488.104	0,36	<b>PMDB</b>	2.353.716	1,61
<b>ES</b>	308.997	0,23	<b>PDT</b>	1.206.991	0,83
<b>MC</b>	568.563	0,42	<b>DEM</b>	1.085.906	0,74
<b>PH</b>	270.953	0,20			
<b>Total - principais partidos</b>	11.202.661	8,3		11.531.614	7,9

Fonte: MAPP Dataset, 2017.

Os filiados mexicanos estão comparativamente distribuídos de forma concentrada em dois dos principais partidos: o PRI e sua principal facção de esquerda, o PRD (Partido da Revolución Democrática). O PRI é a coluna mestra do sistema partidário mexicano, herdeiro da revolução mexicana, institucionalizou o conflito político e foi responsável pela deflagração do processo de modernização do país durante o Século XX. De doutrina nacionalista e reformista, o partido emergiu integrando diferentes associações, sindicatos e ligas via construção de uma organização mista: de base territorial e corporativa (Greene, 2007).

Os elevadíssimos níveis relativos de filiação do PRI – mais que o dobro do tamanho do PMDB – podem ser compreendidos por três fatores: primeiro, o extenso período no governo, conjugado à estratégia de ocupação do Estado, especialmente por meio de patronagem, clientelismo e corrupção. Segundo, o imperativo de legitimar os sucessos

eleitorais sucessivos, através do fortalecimento do partido na arena extraparlamentar, erigindo uma extensa *party membership* de orientação clientelista, através do constrangimento de indivíduos ou setores sociais e/ou ofertando acesso privilegiado/cooptando por meio de serviços e prebendas estatais (Greene, 2007,p.5)<sup>8</sup>. E por último, o tempo de existência do partido, atrelado à vasta penetração da máquina no território, expandida a partir do Estado.

Mesmo tendo sido fundado em 1939, ocupado a Presidência da República e com influência de setores sociais católicos organizados no partido, o PAN apresenta comparativamente pequena base de filiados. O acesso à *party membership* é altamente exclusivo, com barreiras de entrada elevada, apresentado regras de adesão comparativamente mais rígidas. O partido divide sua base entre *adeptos* e *filiados*: a adesão formal é obtida somente após o período probatório de no mínimo seis meses na condição de adepto e dois cursos sobre o programa e a doutrina ideológica, além de um registro nacional (Greene, 2007). Ao contrário do encontrado em partidos em outras democracias, no PAN as barreiras de acesso não implicam em maiores direitos de participação, desencorajando o crescimento extensivo do engajamento – O caso da *Lega Nord* na Itália apresenta similitudes (Van Haute e Gauja, 2015).

Todavia, o partido investe intensivamente nos órgãos de base de juventude, visto como uma escola formativa de quadros, estando isso relacionado com sua identidade e ao modelo originário: o movimento da juventude católica e a presença nos meios universitários católicos. De acordo com Greene (2007), parte substantiva do fracasso eleitoral do PAN (e do sucesso do PRI) ao longo do século XX, pode ser compreendido pela priorização “da qualidade à quantidade”, com uma organização rígida, excessivamente *policy-oriented* e incapaz de ampliar o apelo ao eleitorado. – nas palavras do ex-presidente do PAN e República Felipe Calderón, o dilema do PAN era: “the challenge is to win elections without losing the party” (Greene, 2007, p.124). Segundo Greene (2007, p.61):

---

<sup>8</sup> De acordo com Greene (2007,p.5): “dominant parties also impose two types of costs on candidates and activists who decide to affiliate with a challenger. One type of cost is the opportunity cost of foregoing the material advantages that they would have received by joining the dominant party, such as a stipend, kickbacks, or access to an old boys’ network of business contacts and favors. The other cost is the cost associated with targeted physical intimidation, beatings, or even killings of opposition activists that occur episodically in some (but not all) dominant party systems. Between these tools, resource advantages are more important”.

Recruiting citizens who are relatively extreme on policy also has strategy implications. Anti-status quo party elites create noncentrist niche-oriented parties in their own image. They establish tight links to core constituencies and create closed organizational structures that only recruit ideologically pure “good types.” Since their parties are populated by personnel that are committed to deep political change, they are robust against cooptation by the dominant party; however, for the same reason, their parties are programmatically distant from the center and therefore out of step with what the average voter wants. As a result, they are unable to win plurality elections because voters view them as relative extremists, crazies, and even as quasi-revolutionaries who do not have the overall national interest in mind. Niche parties’ relative extremism thus plays into the dominant party’s strategy: the incumbent portrays itself as the centrist option against the minority and sectarian interests represented by its challengers.

Nesse sentido, a dinâmica da *party membership*, ao lado das estratégias organizacionais, especialmente na dinâmica de concentração e desconcentração dos recursos de competição política, estão no centro do processo do aumento da competitividade partidária e da redemocratização do México (Greene, 2007).

Em termos comparativos, a relativa uniformidade encontrada entre os partidos brasileiros é resultante, de um lado, da semelhança no balanço entre direitos e deveres dos membros formalizados nos estatutos, combinando baixas barreiras de entrada e poucos direitos de participação. De um lado, isso reflete o ambiente institucional no momento genético da maioria, especialmente a Lei de partidos de 1971, a reforma partidária de 1979 e a nova legislação, implementada em 1996 (Ribeiro, 2013). E do outro, a existência de grau de competitividade maior no sistema partidário brasileiro: os principais partidos possuem recursos organizacionais distribuídos de modo mais equânime – a mesma *rationale* vale também para os recursos humanos.

### **Hipótese A: quanto maior a *polity* subnacional, menor o nível de filiação.**

Considerando o total de filiados aos partidos brasileiros (35 partidos) e os nacionais mexicanos (8 partidos), com dados de filiação e do eleitorado de 2015<sup>9</sup>: os resultados confirmam a hipótese nos dois países, com forte impacto negativo da *polity size* sobre a *party membership*, com  $r = -0,486$  no caso mexicano e  $r = -0,503$  no brasileiro (ver gráficos I e II). Ambos os casos apresentam associação significativa; os  $R^2(s)$  ajustados apontam que tal fator explica mais sobre a variação da filiação subnacional encontrada no Brasil do que no México. Entretanto, no geral, em ambos os casos, sozinha, a variável demonstra baixa capacidade preditiva.

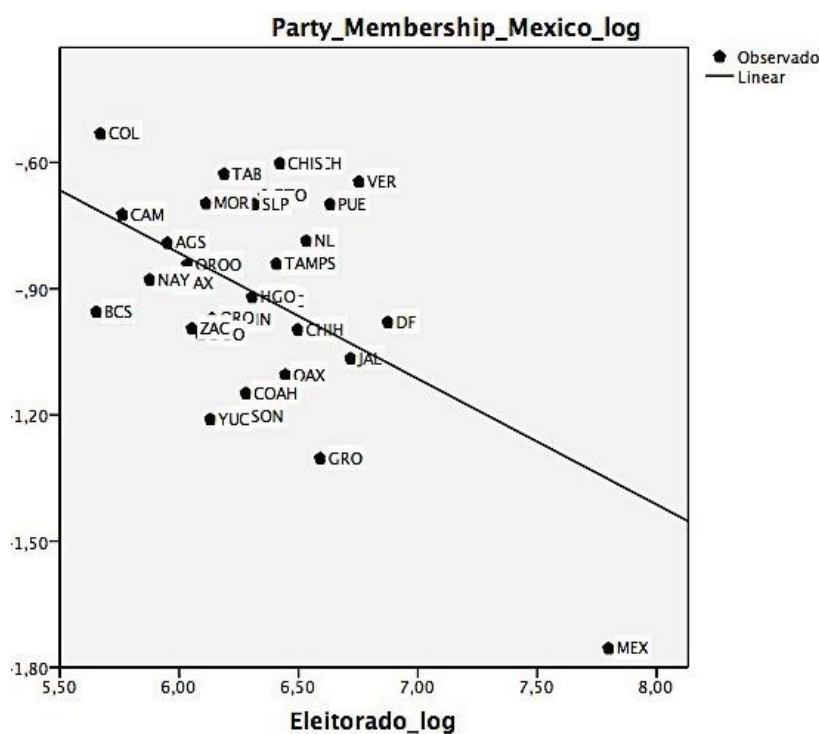
---

<sup>9</sup> Seguindo a estratégia de Harmel e Janda (1984), Weldon (2006), e Ribeiro e Locatelli (2016), as variáveis foram transformadas para seus logaritmos naturais.

Tabela III – *Polity Size* e *Party Membership* no Brasil e no México em 2015

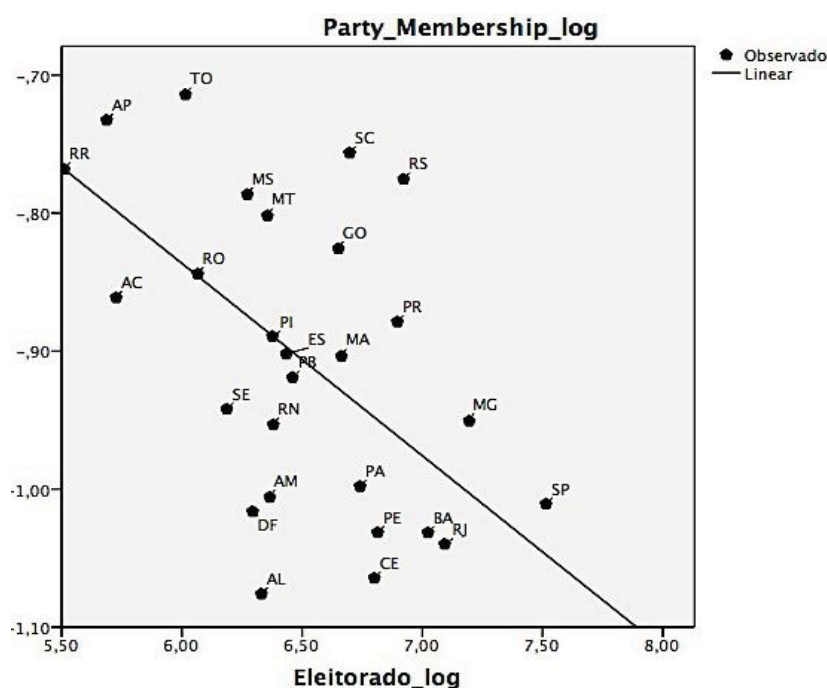
R <sup>2</sup> ajustado	0,223			
Sig. do modelo	0,007			
	Coeficientes Estimados não padronizados		padronizados	
	B	Erro Padrão	Beta	Sig.
Eleitorado_Brasil_log	-0,118	0,09691	-0,503	0,007**
R <sup>2</sup> ajustado	0,210			
Sig. do modelo	0,005			
	Coeficientes Estimados não padronizados		padronizados	
	B	Erro Padrão	Beta	Sig.
Eleitorado_México_log <sup>10</sup>	-0,299	0,22289	-0,486	0,005**

N = 27 e N=32 \* $p < 0,10$ ; \*\* $p < 0,05$ , \*\*\* $p < 0,01$  Variável dependente: membros/eleitorado em cada estado (log)

Gráfico I – *Polity Size* e M/E no México, 2015

M/E: membros/eleitorado

<sup>10</sup> Utilizando o *bootstrep* (1000 amostras) para reduzir os efeitos de casos extremos (estado do México) também foram significantes com B= - 0,159 e Sig: 0,05.

Gráfico II – *Polity Size* e M/E no Brasil, 2015

M/E: membros/eleitorado

▪ **Hipótese B: funcionalismo público e patronagem.**

Existiria impacto do tamanho do setor público e dos níveis de *patronagem* sobre os níveis de filiação partidária? As variáveis utilizadas são: a proporção de funcionários públicos em relação ao eleitorado (variável funcionários públicos); a proporção de funcionários comissionados (*political appointees*) em relação ao funcionalismo público (variável *patronagem*); e também, como controle do nível de modernização, o IDH estadual (2010); além da *polity size*. As variáveis foram logaritmizadas.

No caso do México, a variável *patronagem* não apresentou impacto sobre a filiação<sup>11</sup>, sendo estatisticamente não significativa tanto individualmente, controlada pelo IDH e/ou pela *polity size*. No tocante à variável *funcionalismo público*, testada individualmente, o resultado é significativo e impacta positivamente os níveis de filiação, apresentando  $r = 0,380$ . Entretanto, a variável possui capacidade preditiva menor do que a *polity size*. Quando são combinadas, o funcionalismo perde capacidade explicativa, deixando de ser estatisticamente significativo. Por outro lado, controlada pelo IDH, a variável *funcionalismo público* aumenta levemente sua capacidade explicativa ( $r = 0,387$ ). Assim, no caso mexicano, a hipótese é

<sup>11</sup> Apenas serão mostrados os modelos que apresentaram significância estatística

confirmada, o peso da máquina burocrática é fator relevante, porém independente dos *frameworks* teóricos, tanto relacionado à *polity size*, bem como o vinculado ao clientelismo. Em contraste, no caso brasileiro, nenhuma das variáveis foi estatisticamente significativa, testadas individualmente, controladas pelo IDH ou pela *polity size*. Os incentivos seletivos ligados à *patronagem* parecem importar menos nos estímulos à filiação, algo que complementa os achados de *surveys* no âmbito individual (Ribeiro, 2014; Amaral, 2015)

**Tabela IV – IDH, Funcionários públicos e *Party Membership* no México em 2015**

R <sup>2</sup> ajustado	0,116			
Sig. do modelo	0,032			
	Coeficientes Estimados não padronizados		padronizados	
	B	Erro Padrão	Beta	Sig.
FuncionáriosPúblicos_México_log (2015)	0,373	0,23588	0,380	0,035**
R <sup>2</sup> ajustado	0,089			
Sig. do modelo	0,098			
	Coeficientes Estimados não padronizados		padronizados	
	B	Erro Padrão	Beta	Sig.
FuncionáriosPúblicos_México_log (2015)	0,380	0,23936	0,387	0,033**
IDH_log	-0,693		0,063	0,716

N= 32 \* $p < 0,10$ ; \*\* $p < 0,05$ , \*\*\* $p < 0,01$  Variável dependente: membros/eleitorado em cada estado (log)

- **Hipótese C: Os estados que apresentam menores PIB per capita, IDH e acesso à televisão possuem maiores níveis de filiação, devido à predominância de formas tradicionais de campanha.**

O objetivo é analisar comparativamente a influência da modernização sobre a filiação partidária no contexto subnacional, e explicar os elevados níveis de filiação no Brasil e México pela perspectiva de Norris (2002). Os indicadores (logaritmizados) utilizados são: número de televisores por cem habitações, IDH, IDH-PIB, IDH-longevidade, IDH-educação, PIB *per capita*, coeficiente de GINI e a proporção da população com ensino superior em relação ao eleitorado (Censos de 2010).

No caso mexicano, o modelo combinando as três variáveis da hipótese não apresentou significância estatística. A variável que apresentou impacto estatisticamente significativo (e negativo) sobre a filiação foi a proporção da população com ensino superior por estado, com  $r = -0,326$ , com baixa capacidade preditiva. Ao controlar com a *polity size*, a direção do efeito da variável é alterada e também aumenta substantivamente seu impacto sobre a filiação. Nesse sentido, *polity size* menor e com maior proporção de indivíduos altamente educados tendem a apresentar maiores níveis de engajamento.

De fato, estados menores podem estimular uma vida associativa intensa, que adensa os laços comunitários e impacta positivamente na participação política (Dalton, 2005; Verba *et al.*, 1995). E adicionalmente, os indivíduos em ambientes altamente educados tendem a participar da vida associativa e política (Verba *et al.*, 1995). Assim, no caso mexicano, *polity sizes* menores e menos associadas a contextos tradicionais tendem a favorecer o engajamento.

No Brasil, a única variável com impacto estatisticamente significativo foi o número de televisores a cada cem habitações: individualmente e controlada pelo IDH, indicador de Gini e PIB *per capita*. A variável considerada isoladamente possui  $r = -0,322$ , com baixa capacidade preditiva. Entretanto, controlados pelo PIB *per capita* e pelo IDH, aumenta o impacto sobre a filiação, com  $r = -0,560$ , mas a capacidade preditiva do modelo ainda permanece relativamente baixa.

A hipótese de Norris (2002) é corroborada: a televisão possui impacto negativo sobre a filiação, demonstrando que nas regiões com menor grau de modernização, as elites políticas priorizam campanhas do tipo “trabalho-intensivo”. Em contraste, nos ambientes com maior acesso aos meios de comunicação, adotam estratégias de campanha “capital-intensiva”. Tal achado é relevante, pois permite começar a delinear as razões do crescimento da filiação no contexto brasileiro. Porém, deve ser matizado, em razão da baixa capacidade explicativa do modelo.

**Tabela V – Ensino superior, Polity Size e *Party Membership* no México em 2015**

R <sup>2</sup> ajustado	0,077			
Sig. do modelo	0,069			
	Coeficientes Estimados não padronizados		padronizados	
	B	Erro Padrão	Beta	Sig.
EnsinoSuperior_México_log	-0,245	0,2410	-0,326	0,069*
R <sup>2</sup> ajustado	0,277			
Sig. do modelo	0,003			
	Coeficientes Estimados não padronizados		padronizados	
	B	Erro Padrão	Beta	Sig.
EnsinoSuperior_México_log	0,554	0,21333	0,737	0,063*
Eleitorado_México_log	-0,714		-1,161	0,005**

N= 32 \* $p < 0,10$ ; \*\* $p < 0,05$ ; \*\*\* $p < 0,01$  Variável dependente: membros/eleitorado em cada estado (log)

**Tabela VI – Acesso à TV, Indicador de GINI, PIB *per capita*, IDH e *Party Membership* no Brasil em 2015**

R <sup>2</sup> ajustado	0,068			
Sig. do modelo	0,100			
	Coeficientes Estimados não padronizados		padronizados	
	B	Erro Padrão	Beta	Sig.
Acesso_à_TV_Brasil_log	-3,549	0,10616	-0,322	0,100*
R <sup>2</sup> ajustado	0,191			
Sig. do modelo	0,069			
	Coeficientes Estimados não padronizados		padronizados	
	B	Erro Padrão	Beta	Sig.
Acesso_à_TV_Brasil_log	-6,082	0,09893	-0,552	0,020**
IDH_log	0,354		0,096	0,339
PIB_ <i>percapita</i> _log	-0,123		-0,242	0,765
Gini_log	-0,831		-0,391	0,100*

N = 27 \* $p < 0,10$ ; \*\* $p < 0,05$ ; \*\*\* $p < 0,01$  Variável dependente: membros/eleitorado em cada estado (log)

Analisados separadamente, os modelos apresentam pouca capacidade de explicação, com preponderância da dimensão institucional (*polity size*) sobre aquelas vinculadas à teoria da modernização. Entretanto, como sugerem Harmel e Janda (1984), organizações partidárias não podem ser compreendidas fora dos ambientes em que operam e, na maioria das vezes, tais vetores atuam de forma conjunta. Em face disso, buscou-se o ajuste o mais parcimonioso num modelo misto de variáveis ambientais, que expliquem as variações da *party membership* em ambos os casos, testando todas as variáveis até aqui consideradas (logaritmizadas).

No caso mexicano, o modelo que apresentou melhor ajuste é o idêntico ao da tabela V, que abarca as variáveis: *polity size* (eleitorado) e a proporção do eleitorado com ensino superior. No geral, como dito anteriormente, o modelo apresenta baixa capacidade explicativa, com  $R^2$  ajustado= 0,277. Portanto, no México, em termos de distribuição de recursos cívicos e filiação, os estados com maior nível de pessoas com ensino superior tende a possuir maiores níveis de filiação.

Em relação ao caso brasileiro, o *approach* proposto por Norris (2002) parece ter mais validade: o modelo com variáveis vinculadas à modernização atuam impactando negativamente a filiação (PIB *per capita*, indicador de GINI, acesso à TV) e a *patronagem* apresenta impacto levemente positivo. O modelo apresentou elevado  $R^2$ = 0,537. Uma explicação sugerida para essa diferença entre Brasil e México, pode ser pela elevada extensão do território brasileiro, contendo muitos municípios (pequenos e micros em termos populacionais), com partidos relativamente mais recentes, utilizando técnicas e recursos diversificados para conseguir se organizar e viabilizar candidaturas. Logo, as organizações se adaptariam mais aos diferentes contextos ambientais.

**Tabela VIII –Acesso à TV, Indicador de GINI, PIB *per capita*, Patronagem, Polity Size e Party Membership no Brasil em 2015**

R <sup>2</sup> ajustado	0,537			
Sig. do modelo	0,001			
	Coeficientes Estimados não padronizados		padronizados	
	B	Erro Padrão	Beta	Sig.
Eleitorado_Brasil_log	-0,042	0,2228	-0,611	0,001**
PIB_per capita_log	-0,076		-0,500	0,003**
Patronagem_log	0,077		0,335	0,025**
GINI_log	-0,229		-0,361	0,031**
Acesso_à_TV_log	-1,151		-0,351	0,031**

N = 27 \* $p < 0,10$ ; \*\* $p < 0,05$ ; \*\*\* $p < 0,01$  Variável dependente: membros/eleitorado em cada estado (log)

#### 4) Considerações Finais

O objetivo foi testar três *approaches* teóricos visando compreender os fatores ambientais que impactam na conformação da *party membership* em novas democracias; sendo dois vinculados à teoria da modernização e o terceiro à abordagem institucional. Para isso, optou-se por comparar os contextos subnacionais (estados) do Brasil e México; países que apresentam grande semelhança em termos socioeconômicos e institucionais (presidencialismo e federalismo). A hipótese A foi comprovada nos dois casos: a *polity size* é o fator isoladamente mais relevante para compreender a filiação nos estados de ambos os países, com relativa maior capacidade explicativa no caso brasileiro.

A hipótese B, acerca do impacto do funcionalismo público e da patronagem, não pode totalmente ser validada. Apenas no caso mexicano houve efeitos, de baixo impacto, da variável funcionalismo público sobre a *party membership*. Talvez isso esteja associado à herança do domínio do longo período do PRI no governo. Os resultados não se aproximaram de nenhum dos *approaches* teóricos, tanto em relação à associação entre *polity size* e burocratização (aumento dos incentivos seletivos), como também à disseminação generalizada de práticas clientelistas em contextos de menor nível de modernização (variável *proxy*: IDH estadual).

A diferença mais substantiva entre Brasil e México foi o achado em relação à hipótese C, sobre o impacto da modernização na *party membership*. No caso brasileiro, validando a hipótese: os estados com altos níveis de filiação possuem menor grau de modernização. Por outro lado, nos estados com maior nível de desenvolvimento, os partidos substituem campanhas “trabalho-intensivo” pela “capital-intensivo”. Nessa perspectiva, os filiados são uma estratégia “tradicional” de comunicação política, especialmente nas campanhas eleitorais em contextos menos desenvolvidos (Norris, 2002). O oposto ocorre no caso mexicano, com níveis de filiação mais elevados nos estados menores e com maior *acesso ao ensino superior*. Tal achado é mais próximo das análises no nível individual com *surveys* em diversas democracias (Van Haute e Gauja, 2015).

Todavia, os modelos explicam no máximo metade da variabilidade encontrada. Algo que expõe a necessidade de avançar para os dois outros níveis analíticos: organizacional e individual (Van Haute *et al*, 2017). Portanto, ainda que os partidos não possam ser compreendidos sem levar em conta as características sistêmicas, também não podem ser totalmente reduzidos ao contexto em que atuam. O “lado da demanda” importa para

compreender o fenômeno da filiação partidária: é necessário descer na escala de abstração, avançando nas investigações de cunho empírico, especialmente em termos comparativos, objetivando entender o comportamento e as estratégias dos membros e das lideranças, mudança de regras, técnicas de recrutamento, escolhas institucionais, etc (Scarrow,1994; Harmel, 2002; Van Haute *et al*, 2017).

## **Bibliografia**

- Amaral, O., Por dentro as bases partidárias: uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo, 12º Congresso da Brazilian Studies Association (Brasa), 2014.
- Bartolini, Stefano. *The Political Mobilization of the European Left, 1860–1980*. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.
- Bartolini, S. ‘The Membership of Mass Parties: The Social Democratic Experience 1889–1978’, in H. Daalder and P. Mair (eds.) *Western European Party System. Continuity and Change*, Beverly Hills: Sage, 1983.
- Barnea, S and Rahat, G. (2007) ‘Reforming Candidate Selection Methods: A Three-Level Approach’. *Party Politics* 13(3): 375–94.
- Biezen, I. van . *Political Parties in New Democracies: Party Organization in Southern and East-Central Europe*. London: Palgrave Macmillan. 2003
- Biezen, I. van. On the Theory and Practice of Party Formation and Adaptation in New Democracies. *European Journal of Political Research* 44(3), 2005
- Biezen, I. van, Mair, P. and Poguntke, T. Going, going...gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, 51(1), pp. 24-56.
- Bruter, M. & Harrison, S., *Tomorrow's Leaders? : Understanding the Involvement of Young Party Members in Six European Democracies*. *Comparative Political Studies*, 42(10), 2009, pp. 1259-1291
- Carreirão, Y. d. S. & Kinzo, M. D., Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, 47(1), 2004, pp. 131-168.
- Dalton, R., *Citizen Politics*. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 2008.
- Dalton, R. & Wattenberg, M. *Parties without Partisans: political changes in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- Deschouwer, K., *Political Parties as Multi-Level Organizations*. In: Richard Katz and William Crotty (eds.), *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006, pp. 291-300.
- Došek, Tomas. “Party Membership in Latin American Political Parties: What is the Role of the Militantes?”. Ponencia presentada en los ciclos de talleres “Contemporary Meanings of Party Membership”, Salamanca, España (abril),2014.
- Duverger, M. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

- Fabre, E., Measuring party organization: the vertical dimension of the multi-level organization of state-wide parties in Spain and the UK. *Party Politics*, 17(3), 2011, pp. 343-363
- Fisher, J., Denver, D. and Hands, G. 'The relative electoral impact of central party co-ordination and size of party membership at constituency level', *Electoral Studies* 25(4): 664–676, 2006.
- Greene, K.F. *Why Dominant Parties Lose: Mexico's Democratization in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Heras, L.; Diaz, O. Party membership in Latin America: a glance on current literature and the case of Mexico. Paper prepared for the International Political Science Association (IPSA) Conference, Montreal July 19-24, 2014
- Harmel, R. Party organizational change: competing explanations?, em Luther, Kurt Richard & MÜLLER-Rommel, Ferdinand (eds.). *Political parties in the new Europe: political and analytical challenges*, Oxford, Oxford University, 2002.
- Harmel, Robert, and Kenneth Janda. 1994. "An Integrated Theory of Party Goals and Party Change." *Journal of Theoretical Politics*, 6(3): 259–87.
- Harmel, R. and K. Janda (1982) *Parties and Their Environments: Limits to Reform?* New York: Longman
- Heidar, K., Party membership and participation. In: Richard Katz and William Crotty (eds.), *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006, pp. 301-315.
- Heidar K., What would be nice to know about party members in European democracies? Helsinki, ECPR Joint Session of Workshops, 2007.
- Heidar K. The Polymorphic Nature of Party Membership, *European Journal of Political Research* 25, p. 61–86, 1994.
- Inglehart R. and Welzel, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
- Katz, R., Party as linkage: A vestigial function?. *European Journal of Political Research*, Issue 18, 1990, pp. 143-161.
- Katz, R. S. "No man can serve two masters: Party politicians, party members, citizens and principal-agent models of democracy." *Party Politics* 20(2): 183-193, 2014.
- Katz, R. & Mair, P., Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1(1), 1995, pp. 5-28.
- Katz, R. & Mair, P., The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), 2009, pp. 753-766.
- Kinzo, M. G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- Levitsky, S. and L. Way *The Rise of Competitive Authoritarianism*. *Journal of Democracy*, 2002, 13 (2), pp. 51-66.
- Lamounier, B. (1988) "O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura". In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988
- Lupu, N., & Riedl, R. B. Political parties and uncertainty in developing democracies. *Comparative Political Studies*, 46(11), 1339–1365. (2013).
- May J. Opinion structure of political parties: The special law of curvilinear disparity. *Political Studies* 21(2), 1973, pp. 135–151
- Mair, P. & van Biezen, I., Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000. *Party Politics*, 7(1), 2001, pp. 5-21.

- Mainwaring, S.P., & Scully, T.R. (1995). Introduction. Party Systems in Latin America. In S.P. Mainwaring, & T.R. Scully (Eds), *Building Democratic Institutions. Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, pp.1-34.
- Mainwaring, S.P. & Torcal, M. (2006). Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization. In R.S. Katz & B. Crotty (Eds), *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 204-227.
- Michels, R., *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. New York: Free Press, 1968.
- Milbrath, L. W., *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.
- Molinar, J. and J. Weldon (1990) Elecciones de 1988 en México: Crisis del Autoritarismo [The 1988 Elections in Mexico: Crisis of Authoritarianism]. *Revista Mexicana de Sociología*, 52 (4): 229-262.
- Norris, P., *Democratic Phoenix: Reinventing political activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- O'Donnell, G.A. and P.C. Schmitter (1986) *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Oliver, J.E, City Size and Civic Involvement in Metropolitan America. *American Political Science Review*, 94, 2000, pp. 361–373.
- Olson, M. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.
- Panebainco, A. *Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos*, São Paulo, Martins Fontes, 2005
- Randall, V., & Svåsand, L. Party institutionalization in new democracies. *Party Politics*, (1), 5–29. Find this resource, 2002.
- Ribeiro, P. F., What Do These People Want? Membership and Activism in Brazilian Political Parties. Salamanca, 42nd ECPR Joint Sessions of Workshops, 2014a.
- Ribeiro, P. F. *Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (10), pp.225–265. 2013
- Ribeiro, P. F., Elodie. F. Beyond Western Europe? Theories, models, and multilevel party organisations in Brazil. Brighton (UK), 66th Annual International Conference of Political Studies Association (PSA), 2016.
- Ribeiro P. F. Locatelli. L.G.B. “Party Membership in Brazil: Age and Polity Size in a Longitudinal Perspective (1980-2014), 3rd Forum of Sociology, International Sociological Association (ISA), Vienna, 2016.
- Samules, D. *Sources of Mass Partisanship in Brazil*, University of Minnesota, 2004
- Sartori, G. Comparing and Miscomparing. *Journal of Theoretical Politics*, 1991, vol. 3, issue 3, 1991, pp. 225-243.
- Scarrow, S., The 'paradox of enrollment': Assessing the costs and benefits of party memberships. *European Journal of Political Research*, 25(1), 1994, pp. 41-60.
- Scarrow, S., Parties without Members? Party Organization in a Changing Electoral Environment. In: Russell Dalton and Martin Wattenberg (eds.), *Parties without Partisans*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 79–101.
- Scarrow, S. & Gezgor, B., Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. *Party Politics*, 16(6), 2010, pp. 823-843.
- Scarrow, S. *Beyond Party Members. Changing Approaches to Partisan Mobilization*, Oxford: Oxford University Press, 2015.

- Scarrow S. Poguntke, T, e Webb, P D Party rules, party resources, and the politics of parliamentary democracies: how parties organize in the 21st Century. *Party Politics*, 22 (6). pp. 661-678.
- Seyd, P. & Whiteley, P., *Labour's Grass Roots: The Politics of Party Membership*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- Speck B. et al., Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56), 2015, pp. 125-148.
- Tan, A. The Impacts of Party Membership Size: A Cross-National Analysis. *Journal of Politics*, 60, 1998, pp. 188–198.
- Van Haute, E. and Gauja, A. (eds.), *Party Members and Activists*. London: Routledge, 2015.
- Van Haute, Emilie, Emilien Paulis, and Vivien Sierens. Forthcoming. "Assessing party membership figures: the MAPP dataset." *European Political Science*, 2017.
- Verba, S., Schlozman, K. L. and Brady, H., *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- Webb, P. e Keith D. Assessing the Strength of Party Organizational Resources: A Survey of the Evidence from the Political Party Database In: Scarrow S. Poguntke, T, e Webb, P. *Organizing Political Parties: Representation, Participation and Power*, Oxford, 2017.
- Webb, Paul and White, Stephen *Party Politics in New Democracies*, Oxford, California, 2007.
- Weldon, S. Downsize my Polity? The Impact of Size on Party Membership and Member Activism. *Party Politics*, 12(4), 2006, pp. 467-481.
- Whiteley, P. Are Groups Replacing Parties? A Multi-Level Analysis of Party and Group Membership in the European Democracies. Paper Presented at 'Britain After Blair' Conference. Chicago, British Politics Group of the American Political Science Association, 2007.
- Whiteley, P., Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world. *Party Politics*, 17(1), 2011, pp. 21-44

## Anexo I

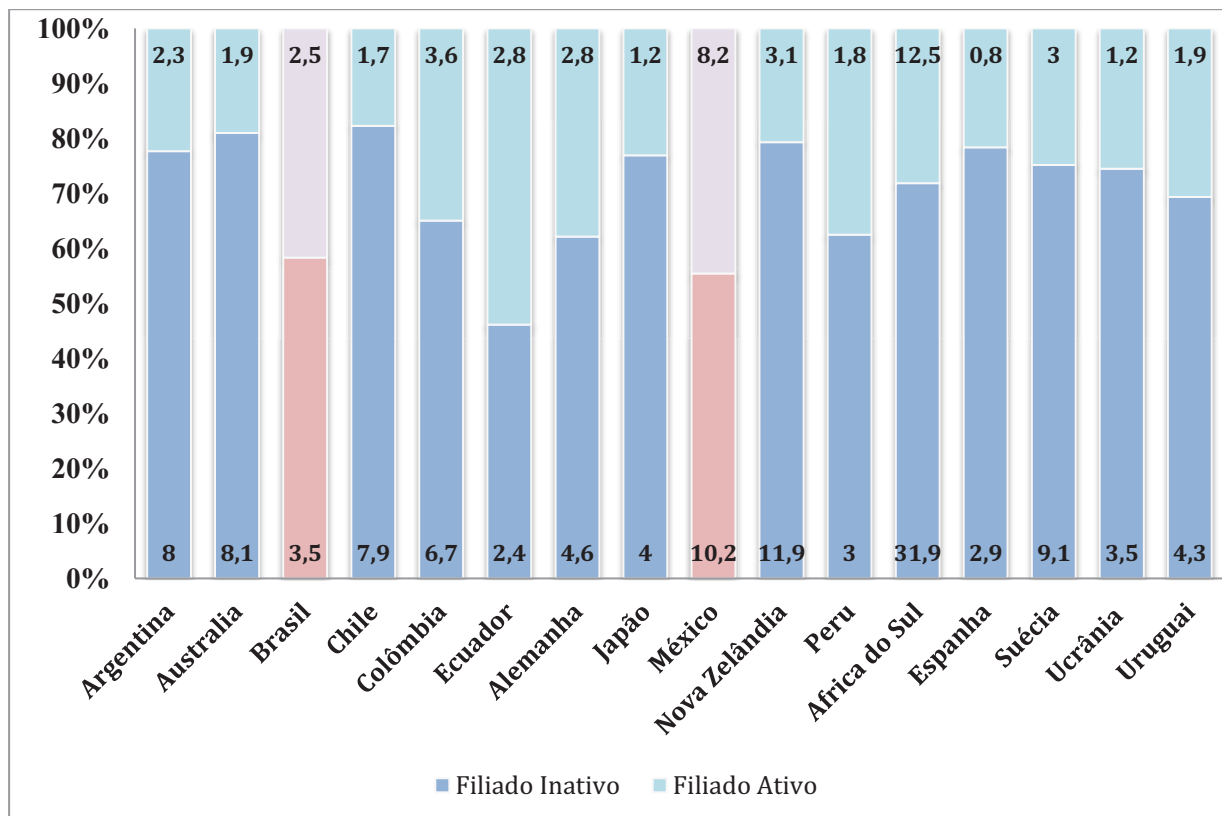
Tabela XIX- Média de Party Membership no Mundo (maiores partidos)

Nº partidos	Países	M/E
5	Áustria (2011)	2,67
5	Israel (2011+)	1,05
5	Itália (2011+)	0,90
<b>9</b>	<b>Brasil (2014)</b>	<b>0,87</b>
5	Espanha (2011+)	0,84
<b>10</b>	<b>México (2014)</b>	<b>0,83</b>
6	Noruega (2012)	0,67
4	Irlanda (2013)	0,54
2	França (2012)	0,52
6	Portugal (2011+)	0,50
8	Dinamarca (2011)	0,46
11	Bélgica (2012)	0,43
8	Suíça (2011+)	0,43
4	Austrália (2013)	0,42
6	Alemanha (2012)	0,35
5	República Checa	0,35
4	Hungria (2011)	0,26
10	Holanda (2013)	0,24
4	Canadá (2011)	0,21
7	Reino Unido (2014)	0,14
6	Polônia (2013+)	0,13
	<b>MÉDIA</b>	<b>0,60</b>

Fonte: PPDB Database, 2017 e MAPP Database, 2017.

## Anexo II

**Gráfico III – % de Filiados em Diferentes Países Divididos Entre Ativos e Inativos  
(2010-2014)**



Fonte: Word Social Survey, 2017. Questão: “Now I am going to read off a list of voluntary organizations; for each one, could you tell me whether you are an active member, an inactive member or not a member of that type of organization – Polical Parties.